

RESOLUÇÃO Nº 17/2025 - CCF
Florianópolis, 01 de agosto de 2025.

RESOLUÇÃO Nº 17, DE 01 DE AGOSTO DE 2025, DO COLEGIADO DO CÂMPUS FLORIANÓPOLIS DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA

**APROVAR a ata da 342ª Reunião do Colegiado do
Câmpus Florianópolis.**

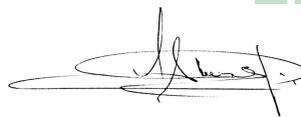
O PRESIDENTE DO COLEGIADO DO CÂMPUS FLORIANÓPOLIS DO INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA, órgão superior de caráter normativo e deliberativo no âmbito do Câmpus, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Capítulo I, Seção II, art.12, do Regimento Interno do Câmpus Florianópolis do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina,

Considerando as deliberações da 343ª Reunião Ordinária do Colegiado do Campus Florianópolis, finalizada em 31/07/2025,

RESOLVE:

Art. 1º APROVAR a ata da 342ª Reunião do Colegiado do Câmpus Florianópolis.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.



Assinado digitalmente por ZIZIMO
MOREIRA FILHO:45879257991
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=
presencial, OU=
00489828000317, OU=Secretaria
da Receita Federal do Brasil -
RFB, OU=ARMPDG, OU=RFB e-
CPF A3, CN=ZIZIMO MOREIRA
FILHO:45879257991
Razão: Diretor Geral Câmpus
Florianópolis
Data: 2025.08.01 15:28:48-03'00'

ZÍZIMO MOREIRA FILHO

Presidente do Colegiado do Câmpus Florianópolis

Matrícula 0278064

Diretor-geral

Câmpus Florianópolis - IFSC

Portaria nº 2356, D.O.U de 20/08/2021

Instituto Federal de Santa Catarina
Campus Florianópolis

Av.Mauro Ramos, 950 | Centro | Florianópolis /SC | CEP 88020-300
Fone: (48) 3211-6000 | florianopolis.ifsc.edu.br



SÚMULA DA 342ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COLEGIADO DO CAMPUS FLORIANÓPOLIS

Data: 26/06/2025	Horário: 14:00	Local: Auditório do Câmpus
Transmissão:  341ª Reunião do Colegiado do IFSC Câmpus Florianópolis		

Pauta da reunião

- 1) Aprovação da ata da 341ª Reunião do Colegiado do Câmpus Florianópolis;
- 2) Questões urgentes relacionadas à acessibilidade e à inclusão de alunos com deficiência;
- 3) Apreciação do Edital de eleição para conclusão da composição do Colegiado do campus Florianópolis.

Abertura da reunião: A Presidente do colegiado substituta **Paula Borges Monteiro** deu início à reunião às 14h05 e saudou à todos conselheiros e conselheiras presentes e registrou o impedimento do presidente Zízimo Moreira Filho em participar da reunião de hoje e também a ausência da Diretora de Administração Vanessa dos Santos Grando, e existência de quórum para deliberação, com 10 (dez) dos 16 (dezesesseis) membros efetivos presentes. Em seguida, declarou aberta a reunião e apresentou a pauta do dia, com inversão dos pontos, para liberação do professor Flavio, que apresentou o ponto.

Informes: Sem informes.

Primeiro item: Apreciação do Edital de eleição para conclusão da composição do Colegiado do campus Florianópolis. A Vice Diretora **Paula Borges Monteiro** passou a palavra para o docente **Flávio Augusto Penna Soares** que explanou sobre o ponto. Logo após, o representante docente **Samuel Hammes Clasen** pediu a palavra para manifestar-se a respeito da forma de votação para a escolha dos representantes do colegiado. Comentou sobre a quantidade de votos permitida, se seriam três votos por eleitor ou apenas um, destacando que essa definição está prevista no regimento do câmpus e no edital da eleição. Em seguida, o representante lembrou que, em reunião do colegiado realizada no ano anterior, foi acordado que seria promovido um amplo debate sobre esse tema, com o objetivo de discutir se o processo eleitoral deveria continuar permitindo que cada votante escolha até três nomes, sendo eleitos os três mais votados, ou se haveria alteração para permitir o voto em apenas um candidato. Por fim, solicitou que esse encaminhamento fosse registrado em ata, ressaltando que, embora ainda não tenha havido deliberação sobre uma possível mudança, a realização do debate havia sido consenso naquela ocasião. Logo após, o conselheiro nato **Rogério de Souza Versage** iniciou sua fala cumprimentando os presentes e destacou a importância de se iniciar debates que contribuam para o aprimoramento dos processos eleitorais, tanto para o colegiado quanto para futuras eleições de chefias e coordenações. Em seguida, chamou a atenção para um ponto específico do cronograma eleitoral, considerado por ele relevante para evitar possíveis questionamentos futuros. Solicitou, se possível, a



exibição do cronograma na tela, e mencionou que o Conselho Superior (Consup) atualmente enfrenta uma pendência relacionada à homologação das eleições para reitoria e direções-gerais dos câmpus. O conselheiro explicou que a divergência se deu devido à última linha do cronograma, que prevê a divulgação do resultado final no dia 30/07 e a homologação no dia seguinte. Citou como exemplo o regulamento das eleições para reitoria e diretores-gerais, que previa resultado no dia 10 e homologação no dia 11. No entanto, ao chegar ao Consup, foi apresentada uma questão de ordem por um dos conselheiros, solicitando o recebimento prévio das informações com, no mínimo, dez dias de antecedência. No caso em questão, o prazo seria de apenas sete dias, e o resultado final seria recebido no mesmo dia em que deveria ocorrer a homologação, o que impossibilitaria uma análise mais detalhada do processo. Apesar disso, o conselheiro ressaltou que, na prática, esse procedimento tem funcionado sem maiores problemas, uma vez que a comissão eleitoral possui autonomia e plenos poderes para conduzir o processo. Acrescentou que o papel do colegiado, nesse caso, seria o de apreciar os resultados apresentados, conferindo legitimidade, mas sem necessariamente reavaliar todo o processo, o que caracterizaria um novo julgamento. Por fim, sugeriu que esse ponto seja debatido e amadurecido internamente, especialmente diante dos impasses já vivenciados no âmbito do Consup. Com isso, a presidente em exercício, Paula Borges Monteiro, passou para o regime de votação. **Encaminhamento:** Por unanimidade, foi aprovado o Edital de eleição para conclusão da composição do Colegiado do campus Florianópolis.

Segundo item: Aprovação da ata da 341ª Reunião do Colegiado do Câmpus Florianópolis. A Vice Diretora Paula Borges Monteiro questionou se havia alguma observação nas atas. O conselheiro docente **Samuel Hammes Clasen** retomou um ponto que já havia sido debatido anteriormente e que estava descrito na ata, relacionado à situação do curso de Mecatrônica, especificamente quanto ao excesso de alunos em sala de aula. Ele lembrou que, na última reunião, foi solicitado um esclarecimento à Direção de Ensino sobre essa questão. Na ocasião, foi informado que haveria uma reunião futura para tratar do tema. Diante disso, o representante questionou se tal reunião de fato ocorreu e, em caso negativo, solicitou que fosse prestado um novo esclarecimento sobre a situação. Logo após, diretora de ensino **Priscila Moura Ortiga** informou que a reunião sobre a situação do curso de Mecatrônica estava inicialmente marcada para a próxima segunda-feira, porém não poderá ocorrer nessa data, uma vez que o professor Marcelo Tavares Garcia, chefe do DALTEC, não estará presente, e a participação do DALTEC é considerada primordial para o debate, registrou que a reunião foi remarcada para a segunda-feira seguinte e que contará com a presença da professora **Michely de Melo Pellizzaro**, que assumirá a Direção de Ensino. Finalizou agradecendo a atenção. Com isso, a presidente em exercício, Paula Borges Monteiro, passou para o regime de votação. **Encaminhamento:** Por unanimidade, foi aprovada a ata da 341ª Reunião do Colegiado do Câmpus Florianópolis.

Terceiro item: Questões urgentes relacionadas à acessibilidade e à inclusão de alunos com deficiência. A Vice Diretora Paula Borges Monteiro passou a palavra para a conselheira docente **Luciana da Rosa Espíndola** que explanou sobre o ponto em questão, relatando que trata-se de uma demanda apresentada pelo aluno Luciano Breda dos Santos, do curso de Engenharia Civil do IFSC Câmpus Florianópolis, em



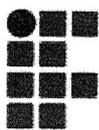
conjunto com a professora Ana Paula Pupo. O ponto destacado foi a urgência em tratar questões relacionadas à acessibilidade e à inclusão de alunos com deficiência. A conselheira informou que o aluno Luciano, cadeirante, ingressou no curso no ano passado e que o Departamento da Construção Civil vem realizando esforços coletivos para promover sua inclusão, tanto nas unidades curriculares quanto nos demais espaços do câmpus. No entanto, mesmo com essas iniciativas, o aluno e a professora identificaram e reforçaram uma série de limitações estruturais e pedagógicas que ainda persistem e que precisam de atenção urgente. Foram mencionadas, entre outras, as seguintes demandas: o elevador do DACC encontra-se inoperante; a plataforma elevatória da biblioteca está sem funcionamento, o que impede o acesso do aluno a esse espaço essencial; sanitários acessíveis necessitam de adaptações; há necessidade de instalação de armários, bancadas e até equipamentos voltados à enfermagem; falta de acessibilidade à sala de monitoria de Cálculo; ausência de mesas adaptadas em salas de aula; inclusão do aluno em visitas técnicas futuras; e adequações nos laboratórios do departamento para aulas práticas. Diante desse cenário, a conselheira propôs que o colegiado avalie formas de atuação coletiva para contribuir com soluções concretas. Sugeriu, por exemplo, a criação de uma comissão voltada à elaboração ou revisão de políticas institucionais sobre inclusão e acessibilidade. Mencionou ainda que, na próxima proposta de planejamento anual de trabalho (PAT), pode-se discutir a destinação de orçamento específico para esse fim, visando atender tanto às necessidades do aluno atualmente matriculado quanto às de futuros estudantes em situação semelhante. Logo após, o conselheiro nato **Rogério de Souza Versage** destacou a relevância do ponto de pauta relacionado à acessibilidade, ressaltando que o tema tem gerado debates significativos no câmpus nos últimos tempos. Informou que existem diversos dados oriundos do Departamento de Infraestrutura (DINF) sobre questões de manutenção, e que, embora haja informações sobre o orçamento disponível, esse não parece ser o principal entrave. O conselheiro também mencionou que há implicações envolvendo contratos, o que demonstra a complexidade do problema. Diante desse cenário, o conselheiro considerou pertinente a proposta apresentada de criação de uma comissão, que teria como função reunir e ouvir todas as informações disponíveis, com o objetivo de, a partir do colegiado, encaminhar alternativas concretas para garantir a acessibilidade física aos estudantes do câmpus. Apoiando a sugestão da professora Luciana, o conselheiro propôs que, caso a comissão venha a ser formada no âmbito do colegiado, além da participação de conselheiros, sejam convidados docentes que atuam com acessibilidade em suas disciplinas, como a professora Ana Paula. O conselheiro também comunicou que, recentemente, foi firmado um termo de cooperação técnica com o Ministério Público de Santa Catarina, envolvendo docentes e estudantes do curso de Engenharia Civil, no âmbito da curricularização da extensão, para realização de vistorias de acessibilidade em prédios públicos. Alertou, contudo, que, caso as deficiências no próprio câmpus não sejam resolvidas, há risco de que a instituição se torne alvo de denúncias ao Ministério Público, sendo necessário, inclusive, atender solicitações oriundas dessas denúncias. Por fim, o conselheiro reforçou seu total apoio à proposta apresentada, defendendo que o câmpus utilize sua própria *expertise* para enfrentar a situação de forma adequada e preventiva. A vice-diretora **Paula Borges Monteiro** comentou que as questões relacionadas à gestão e à acessibilidade foram levantadas anteriormente e, conforme



já apontado pelo conselheiro Rogerio, acredita que, em determinados casos, o problema não se trata de falta de orçamento. Essa percepção se baseia nas respostas fornecidas pelo Departamento de Infraestrutura (DINF) durante reuniões do Conselho de Gestão, indicando que os entraves envolvem outras dimensões além dos recursos financeiros. Diante disso, a presidente do colegiado considerou que a criação de uma comissão, conforme já sugerido, é um encaminhamento coerente. Propôs que, a partir daquela reunião, a comissão seja formalmente constituída, com o convite estendido a outras pessoas interessadas em contribuir e sugeriu, ainda, que a comissão tenha tarefas bem definidas, sendo a primeira delas a elaboração de um diagnóstico da situação atual, com o objetivo de compreender por que as limitações estão ocorrendo. A partir dessa análise, a comissão poderá propor ações alternativas e estratégias para superação dos problemas identificados. Concluiu consultando os demais conselheiros sobre o consenso em relação à criação da comissão, e informou que será necessário indicar os nomes dos participantes. Propôs que a composição conte com um representante de cada segmento da comunidade acadêmica e um representante da Direção. O conselheiro docente **Samuel Hammes Clasen** expressou sua opinião acerca da composição da comissão proposta para tratar das questões de acessibilidade. Argumentou que, caso se defina que haverá um representante de cada segmento, é necessário que efetivamente seja garantida a participação de um membro de cada um desses segmentos. Por outro lado, ponderou que talvez não seja imprescindível que a comissão tenha representantes de todos os segmentos do colegiado. Sugeriu que a comissão seja formada por pessoas que tenham pertinência e conhecimento específicos para o trabalho, como alguém com experiência na área de Engenharia Civil e outro com expertise em acessibilidade. O conselheiro propôs que a comissão seja constituída pela Direção e que sua composição seja apresentada ao colegiado na próxima reunião. Dessa forma, o colegiado terá conhecimento dos participantes e poderá estabelecer um fluxo de trabalho adequado para as atividades da comissão. Finalizou afirmando que essa abordagem, a seu ver, seria um encaminhamento mais eficiente do que a obrigação de incluir representantes de cada segmento do colegiado, considerando que, posteriormente, o colegiado terá a função de analisar e aprovar as diretrizes e políticas elaboradas pela comissão. O conselheiro nato **Rogerio de Souza Versage** ressaltou a importância de tornar público o procedimento de criação e atuação da comissão técnica, mencionando o artigo 27 do regimento, que prevê que, conforme a natureza da matéria a ser apreciada, o presidente do colegiado pode designar comissões técnicas para assessoramento. Explicou que essas comissões têm como objetivo específico emitir pareceres sobre assuntos de sua área de atuação para posterior análise e deliberação pelo colegiado. As comissões técnicas atuam dentro de prazos determinados, podendo solicitar prorrogação por escrito, que deverá ser aprovada pelo colegiado. Nesse sentido, o conselheiro sugeriu que os membros da comissão sejam definidos pela presidência, enquanto o colegiado poderia já estabelecer as metas e os prazos para o trabalho a ser realizado. Destacou a urgência em esclarecer as questões relativas à acessibilidade, uma vez que nos próximos meses será discutida a Proposta Anual de Trabalho (PAT), podendo incluir essa temática já deliberada nesse planejamento. Como encaminhamento, propôs que a comissão elabore uma minuta de resolução para promoção da acessibilidade, considerando os esforços técnicos dos setores envolvidos, bem como as limitações e

possibilidades do planejamento anual e orçamento. Por fim, o conselheiro indicou que seria oportuno estabelecer um prazo para que a comissão apresente essa minuta, sugerindo que isso ocorra até a próxima reunião do colegiado, desde que o prazo não seja excessivamente curto. Logo após, o conselheiro docente **Samuel Hammes Clasen** propôs um encaminhamento mais viável em relação à atuação da comissão de acessibilidade, considerando que elaborar uma minuta completa de resolução até a próxima reunião representaria um esforço considerável. Sugeriu, portanto, que a comissão, em um primeiro momento, traga um levantamento da situação atual da acessibilidade no câmpus, apontando as ações já existentes e elencando os principais problemas identificados. Indicou que, com base nesse diagnóstico inicial, já poderiam ser propostas algumas ações emergenciais que visem sanar as necessidades mais urgentes. Essas propostas, segundo o conselheiro, poderiam inclusive ser encaminhadas para inclusão no PAT (Proposta Anual de Trabalho), permitindo assim um planejamento orçamentário adequado. O conselheiro destacou que o foco imediato da comissão deveria ser a compreensão do cenário atual e a formulação de propostas de resoluções pontuais, e não necessariamente a entrega de uma minuta de política institucional já finalizada. Ressaltou ainda que esse trabalho preliminar também poderá ser encaminhado ao Conselho de Gestão, como forma de demonstrar a demanda real e justificar a alocação de recursos para regularização das questões de acessibilidade. Acrescentou que a comissão deverá se debruçar sobre a legislação já existente em nível nacional, uma vez que o trabalho não exigirá a criação de normas inéditas, mas sim a adaptação e aplicação de diretrizes legais já estabelecidas à realidade do câmpus. Por fim, o conselheiro reforçou que, embora seja importante a construção de uma política de acessibilidade de longo prazo, é fundamental priorizar ações imediatas, pois há um aluno atualmente em situação de necessidade, enfrentando limitações de acesso a espaços como biblioteca e salas de aula. Assim, defendeu que a comissão foque, inicialmente, em soluções de curto prazo que garantam o acesso efetivo e imediato ao estudante. Com isso, a presidente em exercício, Paula Borges Monteiro, passou para o regime de votação. **Encaminhamento:** Por unanimidade, foi aprovado a criação da Comissão de Acessibilidade do Campus Florianópolis.

Encerramento: Sem mais, a presidente agradeceu a presença de todos e deu como encerrada a reunião às 14h41. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, e, para constar, eu, **Fábio Henrique Correa Bogado Guimarães**, lavrei a presente ata. Florianópolis, vinte e seis de junho de dois mil e vinte e cinco.



342ª REUNIÃO ORDINÁRIA
DO COLEGIADO DO CAMPUS FLORIANÓPOLIS
26/06/2025

LISTA DE PRESENÇA

Nome Completo	Assinatura
Paula Borges Monteiro (Presidente em exercício)	
Priscila Moura Ortiga (Diretora de ensino)	
Vanessa dos Santos Grando (Diretora de Administração)	
Rogério de Souza Versage (Diretor de Pós-graduação, pesquisa e Extensão)	
Adriano Nezello Schneider Pizzatto Heis (1º Docente)	
Luciana da Rosa Espíndola (2º Docente)	
Samuel Hammes Clasen (3º Docente)	
Samuel João da Silveira (1º Docente Suplente)	
Antônio Cesar Costa (1º TAE Titular)	
Diogo Melcher dos Santos (2º TAE Titular)	
Romário da Silva Araujo (3º TAE Titular)	
Ana Elisa Cassal (ACATE)	
Caroline Burlet (CREA-SC)	
Beatriz Regina de Lima (1º Discente Titular)	
Laura de Souza Sehnem (2º Discente Titular)	
Manuella Soares dos Santos (3º Discente Titular)	
Fábio Henrique Guimarães (Secretário)	
FABIO AUGUSTO SOARES (CATE ESCRITÓRIO)	
Diogo Morais Nunes	
FERRIANDA SOARES MARCONDES	

